

J. LÚCIO DE AZEVEDO

O MARQUÊS
DE POMBAL
E A SUA ÉPOCA



2ª EDIÇÃO

 CLÁSSICA
EDITORA

ÍNDICE

PRELIMINAR	7
CAPÍTULO I — <i>A Embaixada de Londres</i>	9
I — Antecedentes e partida do ministro — Situação de Portugal perante a Espanha e a Inglaterra — Guerra da Sucessão da Áustria	10
II — Socorro pedido para a Índia — Violações de neutralidade pelos Ingleses — Reclamações desprezadas	13
III — Colónia do Sacramento — Receios de invasão pela Inglaterra — Ideias de Carvalho sobre os Judeus	17
IV — O Governo britânico proíbe a exportação de trigo — Protesto e opiniões de Carvalho — Desavenças populares entre portugueses e ingleses. Mais violações de neutralidade	21
V — Memorial sobre o comércio e relações com a Inglaterra	25
VI — Carvalho projecta uma companhia para a Índia — Proposta ao cardeal da Mota, <i>ib.</i>	28
VII — Carácter da correspondência de Carvalho — Suas ideias sobre a Constituição inglesa — Sobre o espírito de iniciativa e a cobiça do povo inglês — Sobre a missão de um diplomata na Inglaterra	30
VIII — Resumo das negociações empreendidas — Influência do meio no espírito do ministro	34
NOTAS	37
CAPÍTULO II — <i>Missão a Viena</i>	39
I — Conflito de Maria Teresa com a corte de Roma — Intervenção de D. João V — Carvalho é mandado a Viena — Malogro da companhia para a Índia	40

II — Viagem de Carvalho — Eleição do imperador em Frankfurt — Dificuldades que encontra o enviado à mediação.....	44
III — Segundo casamento de Carvalho — Primeiros filhos: Adão e Eva	47
IV — Novos incidentes entre a imperatriz e a curia — Desgostos de Carvalho com o enviado português em Roma — A «broa de milho» de Soure.....	49
V — Hostilidade à intervenção portuguesa — Carvalho é repreendido de Lisboa — Pede dispensa do cargo.....	52
VI — Morte de Filipe V — Portugal medianeiro entre a Espanha e a Áustria — Entre a Espanha e Inglaterra — Fracasso das negociações.....	55
VII — Renova-se a mediação para com Roma — Caso do eleitor de Mongúncia.....	59
VIII — Embaraços financeiros de Carvalho — Presente da coroa britânica recusado — Dádiva do eleitor de Mongúncia.....	61
IX — Intrigas de Pereira de Sampaio — Encerrabodes embaixador em Londres — Fim da missão e regresso de Carvalho.....	64
NOTAS.....	71
CAPÍTULO III — <i>O Novo Reinado</i>	73
I — Estado mental da sociedade portuguesa no século XVIII — Influência do mesmo no espírito de Carvalho — Influência do que viu no estrangeiro.....	74
II — Carvalho mal recebido em Lisboa — Morte de D. João V — D. José escolhe os ministros — Ressentimento de Alexandre de Gusmão.....	78
III — A administração nova — Decisão sobre as minas do Brasil — Alexandre de Gusmão reprimido.....	82
IV — Resoluções sobre o tabaco e o açúcar — A mineração dos diamantes — Episódio do contratante Caldeira Brant.....	86
V — Os hebreus e o comércio das pedras preciosas — Providências acerca dele.....	91
VI — Legislação sobre as frotas — Empresa de navegação para Índia	94
NOTAS.....	97
CAPÍTULO IV — <i>A Corte e as Facções</i>	99
I — Hábitos da corte portuguesa — As duas rainhas — Juízos sobre Carvalho — Lentidão das decisões ministeriais e suas causas.	100

II — Início feliz do novo Governo — Carvalho e Pedro da Mota. Os descontentes, <i>ib</i> — Procedimentos contra os nobres — Os funcionários — O grupo clerical.....	103
III — Os jesuítas no Pará-Maranhão, <i>ib</i> — A escravidão dos indígenas — Variações dos jesuítas.....	106
IV — Intervenção do Sumo Pontífice — Esforços de um colono contra os missionários — Tratado de limites na América — Desagrado que causa em Madrid e Lisboa.....	109
V — As sete reduções do Paraguai — Rebelião dos índios — Oposição ao tratado do Pará.....	111
VI — Xavier de Mendonça propõe-se libertar os indígenas — Projecta uma companhia — Cria-se a do Grão-Pará e Maranhão — Protests de comércio lesado — Os jesuítas guerreiam a companhia — Carvalho reprime as reclamações.....	113
NOTAS	117
CAPÍTULO V — <i>O Terramoto</i>	119
I — A catástrofe — Perdas materiais — Actividades de Carvalho — Socorros do estrangeiro.....	120
II — Intervalo de hostilidades — Impressão do terramoto no resto da Europa; Goethe recorda o acontecimento nas suas <i>Memórias</i> — Influência do fanatismo — <i>A Junta da Providência</i> — Martinho Velho Oldemberg conspira contra Carvalho, <i>ib</i> — Libelo escandaloso de Teixeira de Mendonça.....	122
III — Intervenção dos barbadinhos italianos — Carvalho vingá-se dos conspiradores — Desgraça de Diogo de Mendonça Corte Real	126
IV — Terror da população que Malagrida alimenta com suas pregações — <i>O Juízo da verdadeira causa do terramoto</i> — Castigo do seu autor.....	128
V — Sedição no Porto contra a Companhia dos Vinhos — Cruel repressão ordenada por Carvalho — José de Mascarenhas Pacheco, escrivão da alçada. Prisão posterior deste magistrado	131
VI — Os jesuítas e a oposição a Carvalho — Os missionários reagem no Pará-Maranhão — Emancipação dos índios — São despedidos os confessores do Paço — <i>A Relação abreviada</i> — Nicolau I rei do Paraguai — Representações a Benedito XIV — Breve de reforma dos jesuítas.....	133
NOTAS	139

CAPÍTULO VI — <i>Atentado contra o Rei</i>	141
I — União projectada da princesa do Brasil com o infante D. Pedro — Oposição de Carvalho e de D. José — Os pretendentes — Desgosto da nobreza	142
II — Malagrida em Setúbal — Presságios acerca do rei — Situação do duque de Aveiro — A noite de 3 de Setembro — Opiniões várias sobre o atentado — Convicções de Carvalho — O duque procura comprometer os Távoras	144
III — Providências contra os presumidos criminosos — Interrogatórios do duque de Aveiro — Acusa este os jesuítas, os parentes e muitas outras pessoas	151
IV — Seguimento do processo e condenação dos réus — Os Távoras e os depoimentos sobre eles	155
V — Reconstituição do atentado — As denúncias — Terror no paço e na cidade	157
VI — A cumplicidade dos jesuítas — Disposições que se tomam contra eles — Declarações de Malagrida — Propostas da Junta de Inconfidências — Sequestro dos bens da Ordem	160
VII — Intervenção do Santo Ofício — Instâncias do Governo português em Roma — A curia defende os jesuítas. Decreto de expulsão e seus resultados	164
VIII — Malagrida denunciado à Inquisição — O processo — Morre no cadafalso	167
NOTAS	171
CAPÍTULO VII — <i>O Pacto de Família</i>	175
I — Os ingleses em Portugal — Carvalho cultor da aliança britânica — Exportação do ouro coibida — O Terreiro do Trigo	176
II — Guerra dos sete anos — Apreensão de navios franceses no Algarve — Reclamações da França — Atitude conciliante da Inglaterra	178
III — Embaixada especial de Lorde Kinnoul — Casamento da princesa do Brasil — Expulsão do núncio — Desterro dos infantes de Palhavã, <i>ib</i> — Desinteligências com o enviado francês	183
IV — Preparativos da paz geral — Nova política de Espanha, <i>ib</i> — Carvalho recorre ao apoio diplomático da Inglaterra — Assina-se o <i>Pacto de Família</i>	187
V — Portugal e a liga dos Bourbons — O projecto de invasão — Declaração da guerra	190

VI — Estado da administração militar em Portugal — Socorro da Inglaterra — Providências tardias de Carvalho — A guerra e seus resultados.....	193
NOTAS	199
CAPÍTULO VIII — <i>A Aliança Inglesa</i>	203
I — Situação política em seguida à paz — Carvalho recebe novas agressões — Instâncias por auxílio em Londres — Agitação em Lisboa contra os hereges.....	204
II — Discussão sobre os limites no Brasil — Novas complicações com a Espanha.....	208
III — Política dobre da Inglaterra — Preparativos de guerra em Portugal.....	210
IV — <i>Revolta dos sombreiros</i> em Madrid — Atitude amigável do Governo português para com Carlos III — Causas prováveis da revolta — Os jesuítas expulsos dos domínios castelhanos — Carvalho suspeita da Inglaterra — Proposta portuguesa sobre os negócios de Roma — Caso do príncipe de Parma.....	213
V — Carvalho reconcilia-se com a aliança — O comércio inglês e as suas reclamações — Nova divergência entre Espanha e Inglaterra	220
VI — Renova-se a questão de limites — Sucessos na fronteira do Brasil — Política defensiva de Carvalho contra as exigências inglesas — Guerra em perspectiva com a Espanha — O desfecho da contenda	223
NOTAS	231
CAPÍTULO IX — <i>Extinção dos Jesuítas</i>	233
I — Os jesuítas e a política de Espanha — As reformas da instrução — Autonomia da Igreja portuguesa — Tentativas de conciliação abortadas — A Dedução Cronológica.....	234
II — Eleição de Clemente XIV — O novo Pontífice e as potências — Sugestões de Carvalho sobre a abolição dos jesuítas.....	239
III — Reatam-se em Portugal as relações com a Santa Sé — Nova agressão ao rei atribuída aos jesuítas — Concessões do Pontífice ao Governo português — Vernei expulso de Roma — Tréguas nas exigências das cortes.....	242

IV — A Espanha dirige as negociações em Roma — Hesitações de Clemente XIV — Publica-se a bula de supressão — Morte de Ganganelli.....	247
V — Receios em Madrid e Lisboa da reacção jesuítica — Eleição de Pio VI — Pombal suspeito do novo Pontífice.....	251
NOTAS	255
CAPÍTULO X — <i>O Apogeu e o Declínio</i>	259
I — Pombal e a sua obra — Inauguração da estátua equestre — Casos de D. Isabel de Sousa e D. Leonor de Alorna — <i>As Observações secretíssimas</i> — Presumida tentativa contra a vida de Pombal — Incêndio na Trafaria.....	260
II — Situação económica na administração pombalina — Decadência geral do comércio, <i>ib</i> — As companhias — Prosperidade efémera das indústrias — Reformas na legislação.....	266
III — Descalabro financeiro — Estado precário de Exército e da Marinha — O novo regime da Universidade — <i>A Mesa Censória</i>	271
IV — Morte de D. José — Pombal renuncia os seus cargos — A demissão a pedido.....	276
V — Saída para Oeiras — Jornada para Pombal — Indignação em Lisboa contra o estadista caído — Estado real da fazenda pública — <i>A vitadeira</i> — O ataque dos credores — Os devedores e os ingratos.....	280
VI — Embarços pecuniários — A questão das <i>Águas livres</i> — Os processos.....	285
NOTAS	289
CAPÍTULO XI — <i>O Acabar</i>	293
I — O marquês de Pombal arguido de concussionário — Acusado de actos de alta traição — De irreligiosidade e de ter embarçado o casamento real, <i>ib</i> — Sai do cárcere o seu inimigo Encerabodes — José de Seabra volta do exílio — O que se passou com o bispo de Coimbra.....	294
II — Famoso processo da <i>lesão enormíssima</i> — Aparecem as <i>Cartas Inglesas</i> . O desembargo do Paço pronuncia-se sobre o processo.....	298

III — Interrogatório do marquês por ordem da rainha — A enfermidade — Derradeira e lastimosa cena do inquérito.....	301
IV — Insuficiência das explicações no interrogatório — Culpas do visconde de Vila Nova de Cerveira e do conde de São Lourenço — De Diogo de Mendonça Corte Real, <i>ib</i> — De José de Seabra — Do desembargador Mascarenhas Pacheco.....	303
V — Padecimentos agravados e apreensões tristes do marquês — Prepara-se a reabilitação dos Távora — Os jesuítas pretendem a sua — Cruciante martírio do enfermo.....	307
VI — A rainha pronuncia a condenação de Pombal — Os últimos dias e a morte.....	311
NOTAS	315

PRELIMINAR

Sebastião José de Carvalho e Melo, universalmente conhecido pelo seu título de Marquês de Pombal, é das primaciais figuras da história portuguesa, a par, no conceito comum, do mestre de Avis, de Nuno Álvares, de D. João II, em direitos à gratidão da posteridade.

Dentro e fora do País foi grande a repercussão de seus actos. Como Tanucci e Aranda, Frederico, o Grande, e José II de Áustria, quis a golpes de tagante despertar a sua nação para a vida nova, que o fermentar das ideias, a meio do século XVIII, deixava obscuramente entrever. Mas, sempre imbuído da rotina que pensava repudiar, foi seu principal esforço consolidar o poder régio, rematando o abaixamento já secular da nobreza, e, até onde foi possível, emancipando a autoridade civil da tutela romana, obra que a Idade Média principiara.

As lutas em que andou por tal motivo empenhado, sobretudo a que travou com a Igreja, deram azo a que nenhuma individualidade política, do seu tempo, tão discutida fosse como a sua. Em todas as nações, em todas línguas da Europa, vozes se levantaram a exaltar ou combater o marquês de Pombal. Histórias, biografias, memórias, apologias, panfletos, pasquins, em sua vida e depois da morte, imenso é o número de tais escritos; mas, nessa copiosa literatura, o investigador, animado de senso crítico, debalde rebuscará traços para um juízo seguro acerca do famoso estadista. À primeira vista se reconhece que uns exaltam em demasia, que outros caluniam sem recato. Importa, para o fim, pôr de banda o que rescende controvérsia; consultar na origem os documentos; escutar testemunhas de presença, principalmente aquelas cujos relatos não tenham a publicidade por fim. E primeira dessas testemunhas será o marquês nos escritos íntimos, ou que deviam ficar no segredo dos arquivos;

nas leis, relatórios, memoriais e ofícios por ele mesmo divulgados, aplicando porém a estes o critério de que os primeiros forneceram os elementos. Desta arte se atingirá a verdade histórica, que é realmente a verdade crítica, alguma vez porventura divergente dos factos, quais se passaram, contudo ainda em tal caso a mais provável, e por isso mesmo definitiva.

Foi o que o académico Francisco Luís Gomes praticou para o seu livro Le Marquis de Pombal, esquisse de sa vie politique (Lisboa 1869), obra a todos os respeitos notável, e a primeira, digna da história, que sobre o assunto se escreveu. Usando de documentos dos arquivos públicos, o autor pôde com suficiente exacção retratar a personagem, narrar os factos que andavam deturpados, muitas vezes pela malevolência, outras tantas pela lisonja; e desautorada foi a parcialidade dos panegiristas, como a má vontade dos detractores.

Desde então outras fontes se têm facultado à consulta dos pesquisadores, e nelas se coligiram as notas para este ensaio, que não pretende a ser história definitiva e completa de uma época famosa, senão apenas a trazer algum material para a obra de maior tomo que o assunto requer.

CAPÍTULO I

A EMBAIXADA DE LONDRES

I. Antecedentes e partida do ministro. Situação de Portugal perante a Espanha e a Inglaterra. Guerra da Sucessão de Áustria. — II. Socorro pedido para a Índia. Violações de neutralidade pelos Ingleses. Reclamações desprezadas. — III. Colónia do Sacramento. Receios de invasão pela Inglaterra. Ideias de Carvalho sobre os Judeus. — IV. O Governo britânico proíbe a exportação de trigo. Protesto e opiniões de Carvalho. Desavenças populares entre portugueses e ingleses. Mais violações de neutralidade. — V. Memorial sobre o comércio e relações com a Inglaterra. — VI. Carvalho projecta uma companhia para a Índia. Proposta ao cardeal da Mota. — VII. Carácter da correspondência de Carvalho. Suas ideias sobre a Constituição inglesa. Sobre o espírito de iniciativa e a cobiça do povo inglês. Sobre a missão de um diplomata na Inglaterra. — VIII. Resumo das negociações empreendidas. Influência do meio no espírito do ministro.

I

DA existência de Sebastião José de Carvalho, no período antecedente à sua carreira política, quase tudo se ignora. Conhece-se a data do seu nascimento, 13 de Maio de 1699, em Lisboa; e a sua pro-génie, estirpe em que as pretensões de nobreza foram mais ambiciosas que fundadas. Fiquemos em que era família de fidalgotes de mediana fortuna. O pai, Manuel de Carvalho e Ataíde, que já possuía o morgado da Rua Formosa, servira nas armadas da costa e fora capitão de cavalos; a mãe, que vinha dos morgados de Souto de el-rei, casou em segundas núpcias com um magistrado da Casa de Suplicação. Sabe-se que fez o curso de leis em Coimbra e passou parte da mocidade na província, absorvido em pleitos para desembaraçar o património comprometido. A versão, segundo a qual foi algum tempo soldado, carece de abono. Aos 32 anos desposou uma senhora da casa dos condes de Arcos, D. Teresa de Noronha, que, sendo viúva, raptou, não conseguindo ela jamais congraçar-se com a família, que teve por desdouro a aliança.

A um tio, Paulo de Carvalho, que foi lente da Universidade e depois arcepreste da Patriarcal, deveu o futuro ministro os princípios da grande casa que veio a possuir. Dele herdou, em 1737, o morgado constituído por bens em Oeiras e Sintra, prédios de renda em Lisboa e dinheiro acima de 504 mil cruzados. Foi provavelmente esse tio que também lhe preparou a fortuna política, proporcionando-lhe relações com o cardeal D. João da Mota, primeiro-ministro, que o nomeou para a enviatura de Londres um ano depois que o seu desvelado protector era morto.

Carvalho, que ali chegou em Outubro de 1738, encontrou lá Marco António de Azevedo Coutinho, parente seu também, a quem sucedia, chamado a substituir António Guedes Pereira, falecido, na Secretaria de Negócios Estrangeiros e da Guerra. Deste modo, aos 39 anos de idade, tarde talvez de mais para os seus méritos e ambições, encetava a vida pública e dava o primeiro passo a caminho da fama e da grandeza. Sua mulher ficara em Lisboa, recolhida por autorização régia ao mosteiro de Santos. Não parece ter sido penosa a separação a Carvalho, como lho não foi também depois a viuvez, da qual se consolou em segundo consórcio passados poucos meses do falecimento de D. Teresa. A paixão romântica, que dera azo ao escândalo do rapto, devia ter arrefecido em sete anos de união estéril.

O novo diplomata não assumiu imediatamente a gestão da embaixada. Marco António demorou-se até Junho do ano imediato tanto pelo interesse da política, podemos supor, como por afeição ao sobrinho, cujo início guiava na carreira, para que nenhum tirocínio antecedente o tinha adestrado. Oito anos mais tarde, Carvalho, rememora em termos gratos o tempo de aprendizagem: «Alumiado pelos exemplos e pelas instruções de V. Ex.^a, fiz o meu noviciado, e prossegui depois dele o meu ministério em Londres»¹, assim se exprime. A tarefa do mentor não foi porém de certo trabalhosa. O vezeiro expediente da embaixada, o maneiio das negociações em curso, as novidades particulares da corte de Londres, nada ofereciam que a agudeza do recém-chegado não pudesse, no primeiro instante, apreender. Não foi ele, portanto, devemos crê-lo, bisonho praticante, senão atilado e eficiente auxiliar.

Seu espírito, sequioso de novas ideias, depressa se afez ao diverso ambiente que, para ele, saído do obscurantismo e da rotina peninsular, era a sociedade culta, inteligente, progressiva e liberal, onde agora se encontrava. Não assimilou, é certo, os princípios de tolerância, de respeito pelos direitos individuais, que já ali eram comuns. Mas pode dizer-se que o seu entendimento se remodelou ao contacto das ideias correntes; que os olhos se lhe abriram para mais largos horizontes; que foi este o período da sua existência mais fecundo para a formação da sua individualidade de estadista.

Parecerá isto desarrazoado a quem souber que, nos seis anos passados em Londres, não logrou Carvalho familiarizar-se com o idioma do país. Ele próprio o confessou, tendo de recorrer a estranho auxílio para entender as cartas inglesas, publicadas acerca da sua administração logo depois desta terminada. Menor será contudo a estranheza, se nos lembrarmos que o francês era então a língua da diplomacia e das cortes, e que, para as suas observações pessoais, assistência às sessões do Parlamento, leituras, conversações e necessidades correntes da vida, o ministro se socorria de intérpretes, segundo o uso constante das embaixadas.

A época desta enviatura foi uma das mais agitadas na história política da Europa. Desde 1738, Inglaterra e Espanha estavam em guerra. O poder da marinha britânica dirigia-se principalmente contra os domínios desta nação na América, parecendo que era intenção daquela apossar-se de Buenos Aires e estabelecer-se definitivamente nas margens do rio da Prata. Esta conjectura causava apreensões em Portugal que, possuindo a colónia do Sacramento, e considerando sua fronteira aquele rio, com justa razão